

Do bom proveito da intencionalidade

Crer na existência de seres ficcionais ou fictícios talvez não proceda senão de algum paradoxo, a menos que eles, seres ficcionais, se situem num mundo possível de existência "sui generis": por exemplo a existência literária. Mas a questão é senão mais subtil, pelo menos mais directamente ligada, em certos casos, ao estatuto enunciativo das manifestações linguísticas.

Ao tentar explicar a sua concepção de "mundos possíveis", Peter Rolf Lutzeier no seu artigo "Words and Worlds" 1) está em desacordo com a seguinte afirmação de E. Klein: "Individuals from the past can enter into causal relations with the present, but fictional entities cannot" 2). E a razão para a sua discordância é dada através de uma pergunta que remete, a título de argumento, para a existência de frases como "Obwohl es nur ein Geist ist, sthet sie völlig unter seinem Einfluß" (mesmo se é só um fantasma, ela está totalmente sob a sua influência) 3).

Interessa-nos sobretudo verificar a ambiguidade da "frase" (agora considerada como enunciado): o juízo de valor presente na primeira parte - "mesmo se é só um fantasma" - tanto pode ser posto na conta do sujeito "au féminin" que está sob a influência de um fantasma como na do enunciador responsável pelos dois termos do enunciado. Se quiséssemos acentuar aquela credibilidade generalizada, possivelmente contraditória, actualmente

existente na relação de sujeitos com mundos ficcionais de predileção, teríamos de insistir na primeira alternativa. Mas talvez pareça mais razoável ou verosímil para o sujeito do enunciado "ela", atribuir a outrém que não ela o resultado linguístico da pouca soma em que é tido afinal um fantasma.

Reconhecer não só que há "un sujet dans la langue" como também, por exemplo, a representação polifônica de um enunciado, torna certamente mais difícil falar, por um lado, de mundos possíveis que têm só a ver com a lógica, e por outro lado ignorar sistematicamente a diferença de registo a que podem ser submetidos dois termos de um mesmo enunciado precisamente quando nesses termos estão implicados discurso e meta-discurso. Daí que a veri-condicionalidade de um e outro dos termos, quando ligada a crenças e enunciadores diversos torne de menor impacto o argumento talvez bem intencionado de Lutzeier ao querer provar a existência de relações causo-temporais entre entidades fictícias ou ficcionais (afinal mais precisamente entre entidades mistas). Claro que se pode ainda dizer, em abono do seu exemplo, que se trata de um caso de semântica de palavra ou de frase.

De qualquer modo, será sempre bom lembrar que, não podendo deixar a língua de ser o tão apregoado, por alguns, instrumento de comunicação-enunciação, nela coexistem pacificamente níveis que nos deixam a nós, falantes (quanto mais linguistas), desassossegados.

"Havia apenas um ardil e era o Artigo 22, o qual especificava que a preocupação de um homem pela sua própria segurança perante perigos reais e imediatos constituía o resultado de uma mente racional. Orr era louco e podia ser dado por incapaz. Bastava-lhe pedir, e a partir do momento em que o fizesse deixaria de ser louco e teria de participar em novas missões. Seria louco se participasse em novas missões e mentalmente são se não o fizesse, mas neste caso teria de voltar a voar. Se o fizesse, seria louco e não teria de o fazer,

mas se não quisesse, estaria em plena posse das faculdades mentais e deveria fazê-lo. Yossarian sentia-se profundamente impressionado com a notável simplicidade daquela cláusula do artigo 22 e emitiu um silvo de respeito." 4)

Que o ardil do artigo 22 do romance de Joseph Heller - Catch 22 - possa ser considerado de paradoxo ou simplesmente de sofisma seria questão de somenos importância se lhe medíssemos as verdadeiras e não-fictícias consequências - consequências que nenhum paradoxo, lógico ou filosófico, suportou ao longo de toda uma já vasta literatura do gênero.

Mas a queremos medir mesmo assim uma ou outra consequência linguística, ter-se-ia certamente de admitir que a questão de ser ou não doido (passando pela de se ser realmente doido ou não) passaria também por uma questão de intencionalidade: ora decididamente não é a mesma, a intencionalidade que se presume naquele que age de determinada maneira quando dotado de mente racional e vontade própria, e a intencionalidade a atribuir àquele que, igualmente dotado, se vê na obrigação de ser também falante.

Imaginemos agora que o que o personagem Yossarian "via com clareza no seu assombroso aspecto razoável", isto é que "havia uma precisão elíptica nos seus pares perfeitos de partes que resultavam graciosa e chocante como a boa arte moderna" 5) se reduzia, para eventual clareza didática da situação, a três condicionais simples e talvez menos chocantes

- a) Se é louco, então não pede para continuar as missões
- b) Se não pede para continuar as missões, então é louco
- c) Se pede para não continuar as missões, então não é louco.

Acrescente-se, por outro lado, que a evanescência a que está sujeito o predicado 'louco' aparece ligada a uma diferença, digamos, de cálculo pragmático: e assim

uma qualidade x (designada por loucura) é retirada ou não conforme se trate de retirar ou não o proveito, certo, de pertencer à classe, incerta, dos loucos; e isto, é claro, no caso preciso de missões de guerra.

O certo é, também, que do desencontro entre, chamemos-lhe assim provisoriamente, um referente e um sentido 'louco' se alimenta o ardil do artigo 22. E se de forma desenvolva distinguíssemos entre/aquilo que caracteriza o ser louco/e/aquilo que permite ser dito de alguém ser louco/estariamos não só a entrar muito "grosso modo" em questões de significado, como a reconhecer até que ponto não podem ser escamoteados aspectos enunciati vos. Enfim, como diz o bom ditado português - preso por ter cão e preso por não ter - a aplicar-se ao pobre do ardil 22 como a qualquer outro...

Não será de estranhar que, actualmente, tanto a interpretação de "frases" como a "eliminação" de paradoxos lógico-filosóficos passe efectivamente pela percepção daquelas modalidades "lato" e "stricto sensu" que implicam um sujeito enunciador.

No seu artigo "Le principe de substitution de Leibniz: condition nécessaire et suffisante de l'opacité référentielle" (DRLAV (40), 1989) Béatrice Godart-Wendling é levada a concluir, de forma convincente, que o "paradoxo" de Electra é afinal um "sofisma da omisciência".

- De facto, o chamado paradoxo de Electra, a saber,
- 1) Electra não sabe que o homem em face dela é seu irmão
 - 2) Electra sabe que Orestes é seu irmão
 - 3) Portanto, Electra sabe e não sabe acerca do mesmo homem que ele é seu irmão

enferma de um erro de raciocínio que consiste "à déduire la conclusion, en prenant pour acquis qu'Electra était consciente de son ignorance. Ainsi, si nous nous référons à l'analyse faite par R. Martin du verbe 'savoir', le paradoxe provient de la méconnaissance de la dissymétrie entre 'je sais que p' e 'il/elle sait que p'" (p.151).

E deste modo pode a autora mais adiante acrescentar: "En effet, on étend abusivement à Electre une connaissance ('Electre ne sait pas que l'homme en face d'elle est Orestes') que seul JE est amené à posséder. Ainsi ce n'est pas parce que 'je sais qu'Electre ne sait pas que l'homme en face d'elle est Oreste' qu'Electre sait qu'elle ne sait pas que l'homme en face d'elle est Oreste" 6).

O que a autora não acrescentou, por não ser seu propósito fazê-lo, é que por um lado o autor que refuta -Quine - não podia ou não quereria saber daquele enunciação-origem - que está na base de actual e importante teorização linguística, nem tão-pouco de um outro, não sei se já desactualizado - o sujeito de enunciação - a que J.C. Milner é forçado a reconhecer, com ponta fina de cinismo (e o caso não era para menos) utilidade linguística 7). E o exemplo que dá é precisamente o do verbo "savoir" cuja repartição de completivas ("que" e "si") 8) entende dever-se (com o tempo verbal do presente) à diferença entre saber do sujeito de enunciação e saber do sujeito de enunciado. Mas ... , e assim termina Milner a nota de rodapé dedicada a "savoir": "Sur cet exemple, on aperçoit en quoi le sujet d'énonciation permet de décrire une régularité mais on voit aussi que rien n'en est supposé que l'existence: de ce qui, de cette existence, fait un sujet, il n'y a rien à savoir". (p. 120)

Que neste jogo de palavras o Sujeito pareça ficar desalojado é questão que reverte a favor da intencionalidade de Milner. Que parte do seu discurso (e da sua obra em geral) deva a um autor que muito se preocupou com o "sujeito na sua relação ao significante" é o que não oferece dúvidas.

Em "Analyse et vérité ou la fermeture de l'inconscient" 9) Lacan, ao distinguir "o plano da enunciação do plano do enunciado" (p. 127), não pode deixar de refutar a "antinomia da razão" vista por "um pensamento lógico demasiado formal" num enunciado como "je mens".

O modo como Lacan, nos anos 60, justifica o famigerado paradoxo do mentiroso, recentemente lembrado, por exemplo, por M. Arrivé em "Le metalangage et sa dénégation lacanienne" 10) aproveita da mais clarividente finura linguística.

"Il est tout à fait clair que le 'je mens', malgré son paradoxe est parfaitement valable. En effet, le 'je' qui énonce, le 'je' de l'énonciation, n'est pas le même que le 'je' de l'énoncé, c'est-à-dire le shifter qui dans l'énoncé, le désigne. Dès lors, du point où j'énonce, il m'est parfaitement possible de formuler de façon parfaitement valable que le 'je' - le 'je' qui à ce moment là formule l'énoncé - est en train de mentir, qu'il a menti peu avant, qu'il ment après, ou même, qu'en disant 'je mens', il affirme qu'il a l'intention de tromper" (p. 127).

E depois, se no número da revista Argumentation (v. 2, nº 1, February, 1988), consagrado à mentira, haja quem trate com pouca consideração o tradicional paradoxo do mentiroso 11) é porque este, e se me permitem a expressão, já deu o que tinha a dar. O que, em boa verdade, está longe de acontecer à mentira e aos mentirosos propriamente ditos.

OS DOIS MENTIROsos

"Eram uma vez dois irmãos que viviam muito pobres, e sem meios de ganharem dinheiro; até que o mais velho disse para o outro: "Ó irmão, lembra-me uma coisa; vamos por esse mundo de Cristo, pregar mentiras por dinheiro; um de nós irá adiante, e depois irá o outro confirmar o que o primeiro disse". Combinaram as mentiras que haviam de dizer, e partiram, para a mesma terra, indo sempre um adiante. Chegado o primeiro a certa terra começou a botar fama que trazia uma grande novidade, mas que só a daria por dinheiro; juntou-se logo muito povo, para saber a novidade, e o homem então disse: "Em tal terra acaba agora de nascer um menino com sete braços". Então o povi

nho admirado pagou a novidade ao homem, e ele foi seguindo o seu caminho. Alguns mais incrédulos dispunham-se a partir para a tal terra para saber a certeza da novidade, quando lá apareceu o outro irmão, e começou a dizer que vinha de lá; então todos lhe perguntaram se ele tinha visto um menino com sete braços. Ele respondeu: "Eu não vi o menino com sete braços, mas vi uma camisa a enxugar que tinha sete mangas". "Então é verdade o que nos disseram", e deram muito dinheiro ao homem. A este tempo já o outro irmão espalhava noutra terra, que tinha visto um moinho em cima dum pinheiro, e recebia muito dinheiro em paga da novidade. Depois de ter partido para outra terra chegou ali o irmão, e perguntaram-lhe: "Olhe lá: diz que em tal terra está um moinho sobre um pinheiro?". "Olhem, responde o rapaz, o que eu lhe sei dizer é que vi um macho carregado de sacos de farinha subindo por um pinheiro acima". "Ai! então é verdade o que nos disseram", exclamou a pobre gente. Depois deram muito dinheiro aos homens e eles lá foram para outras terras enganar o povo!12)

Que o ardil da língua, da metalinguagem, dos shifters, etc., venha como que representado (no seu sentido dramático) em manha e artimanha num conto tradicional português é o que se pode sempre dizer para concluir - sobretudo num país como o nosso, que, segundo alguns, tem ainda muito para dar. Há sempre quem tire proveito da intencionalidade, o que quer que ela seja.

Notas

- 1) EIKMEIER, RIESER (Ed.), 1981, Words, Worlds, Contexts. New Approaches in Word Semantics, Berlin, Walter De Gruyter.
- 2) Idem, p. 85.
- 3) Ibidem.
- 4) Catch 22 (Artigo 22), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 50.
- 5) Ibidem.
- 6) Ibidem.
- 7) Cf. L'amour de la Langue, 1978, Paris, Seuil, p. 119: "Le sujet d'énonciation: dans une première lecture, on a là un concept positif de la linguistique, qui à des fins de pure description, doit le distinguer du sujet d'énoncé."
- 8) "(...) étant donné les propriétés de la première personne, du présent et du verbe savoir" (p. 120).
- 9) J. LACAN, Le Séminaire, livre XI - Les quatre concepts de la psychanalyse, 1964, Paris, Seuil, 1973.
- 10) In PARRET (H.), RUPRECHT (H.G.) (Ed.), 1985, Exigences et perspectives de la sémiotique, John Benjamin Publishing Company, pp. 99-112. Cf. em particular pp. 104-105.
- 11) Cf. WARRENSHIBLES, "Definition of Lying", p. 112: "Thus, the Lyar paradox does not show the inconsistency of ordinary language. It shows certain inadequacies of logic (Stroll 1954, p. 225). If the logicians had to improve on their logics to include humour, they would have to invent the Lyar paradox all over again".
- 12) Contos tradicionais portugueses, Lisboa, Iniciativas Editoriais. (Edição especial para a Livraria Figueirinhas - Porto), 1975, V. I, pp. 18-19.